

**AS FONTES DO SELF: REFLEXÕES E EXPLICITAÇÕES
REFERENTES AO CONCEITO DE IDENTIDADE MODERNA DE
CHARLES TAYLOR SOB INFLUÊNCIA DE HEGEL**

**THE SOURCES OF THE SELF: REFLECTIONS AND EXPLANATIONS
CONCERNING THE CONCEPT OF MODERN IDENTITY BY
CHARLES TAYLOR UNDER THE INFLUENCE OF HEGEL**

*Rafael Francisco Hiller¹
Heloisa Allgayer²*

Recebido em: 01/2021
Aprovado em: 11/2021

Resumo: Este artigo tem como objetivo central explicitar as ideias centrais da obra as Fontes do Self de Charles Taylor. O artigo pode ser dividido em três etapas. Na primeira, irei desenvolver uma breve introdução contemplando uma explicação daquilo que chamo de questão de horizonte proposta pelo autor. Em um segundo momento, tratarei da teoria sustentada por Taylor, uma ética da autenticidade, que deve ser apreendida em conjunto com a sua proposta de uma política do reconhecimento. Em um terceiro momento, realizaremos uma breve conclusão dos conceitos tratados ao longo do artigo. Ambas as explorações conceituais elaboradas por Taylor se desenvolvem muito além de apenas um esforço puramente descritivo da identidade moderna. Ao contrário disso, a obra se define enquanto uma prática do “resgate” das fontes renegadas da moralidade moderna, com a clara intenção de criticar e reelaborar nossa autocompreensão como agentes morais a fim de que possamos atuar de forma ativa na solução dos dilemas morais e políticos do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Charles Taylor, autenticidade, reconhecimento; Hegel

Abstract: This article is mainly aimed to explain the central ideas of the work of Charles Taylor Self sources. The article can be divided into three steps. At first, I will develop a brief introduction contemplating an explanation of what I call the question horizon proposed by the author. In a second step, I will discuss the theory held by Taylor, an ethic of authenticity, it should not be seized together with its proposal for a reconnaissance policy. In a third step, we will hold a brief conclusion of the concepts addressed throughout the article. Both conceptual explorations developed by Taylor develop far beyond just a purely descriptive effort of modern identity. On the contrary, the work is defined as a practice of the "rescue" of renegade sources of modern morality, with the clear intention to criticize and rework our self-understanding as moral agents so that we can work actively in solving dilemmas moral and political contemporary world.

Keywords: Charles Taylor, authenticity, recognition; Hegel

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Email: rafaelfhfilo@gmail.com

² Pós-doutoranda em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Email: heloisaallgayer@gmail.com

Introdução

Em seu livro, as fontes do Self, Charles Taylor (1997), concentra-se em responder aquilo que poderíamos classificar enquanto uma questão de horizonte, isto é, uma pergunta geral elaborada a fim de orientar o desenvolvimento de sua pesquisa. A questão de horizonte pressuposta por Taylor, e trazida por mim neste artigo, pode ser caracterizada enquanto uma tentativa de identificar, esclarecer ou mesmo desvendar aquilo que ele conceitua enquanto nossa identidade moderna. Para resolver tal questão, Taylor, reafirma suas raízes hegelianas partindo do pressuposto da existência de um entrelaçamento necessário entre a dimensão qualitativa do bem e a identidade pessoal e coletiva. A identidade segundo o dicionário de Hegel de Inwood (1997), é o antônimo de alteridade. “Mas ‘o outro’ e ‘alteridade’ (*Anderssein*) são importantes do começo ao fim da lógica, e seu sistema como um todos, por exemplo, autoconsciência e liberdade, consiste primordialmente em supressumir a alteridade”. O Conceito, para Hegel, denota a totalidade da conjunção do subjetivo e do objetivo. manifesta-se presente em tudo o que existe, “é a identidade do ser-em-si objetivo (autenticamente livre face ao espírito que conhece) e do Eu que o apreende.”(Hegel, 1812/1968, p. 29, §27)

Para lograr êxito na tentativa de responder a sua pergunta, Taylor (1997), realiza um esforço de nível interpretativo, passível de revelar as “fontes morais” do sujeito moderno.

Taylor desenvolve ao longo dos seus textos, os quais têm como eixo metodológico a leitura hermenêutico-antropológica do fenômeno humano em sua expressividade histórico-cultural na esfera da ação. Desse modo, o objeto de Taylor é o homem como animal que se auto-interpreta para dar sentido a si mesmo em sua vivência mundana (ARAUJO, 2004, p. 14).

A filosofia, no caso citado no parágrafo acima, surge enquanto um esforço de auto interpretação, sendo assim, esse esforço de Taylor (1997), de compreender a identidade moderna não deve ser visto apenas como um esforço de resgate conceitual, ou seja, um exercício puramente descritivo da identidade moderna. Ao contrário disso, a obra se define enquanto uma prática do “resgate” das fontes renegadas da moralidade moderna, com a clara intenção de criticar e reelaborar nossa autocompreensão como agentes morais.

A auto-compreensão, tem uma influência de Hegel no que concerne, o final do percurso da experiência, cuja função é alcançar o saber absoluto, onde, “a meta está ali onde o saber não necessita ir além de si mesmo, onde a si mesmo se encontra, onde o conceito corresponde ao

objeto e o objeto ao conceito. (HEGEL, 2003, p.68, §80)”

Ética da autenticidade

Taylor, em as fontes do self (1997), realiza uma análise hermenêutica a respeito das bases constitutivas da nossa identidade moderna. Dentro desta perspectiva, somos conduzidos pelo autor, a encararmos o fato de que várias de nossas “intuições morais” estão diretamente conectadas com a nossa forma de instituímos nossa identidade. Todas nossas intuições morais (retidão, respeito à vida etc.), estão diretamente vinculadas com a nossa forma de ser- humano, isto é, estão diretamente vinculadas com a ontologia do homo sapiens. Sendo assim, esta ontologia, seria uma chave explicativa no que tange as nossas distinções morais.

É claro que existe uma objetividade moral. A evolução da intuição moral requer com frequência que neutralizemos algumas de nossas reações. Mas isso ocorre para que as outras possam ser identificadas, percebidas e descobertas por meio de ciúmes mesquinhos, egoísmo ou outros sentimentos indignos. Nunca se trata de prescindir por inteiro de nossas reações (TAYLOR, 1997, pp. 20, 21)

A forma como o autor em questão dispõem da noção de ontologia implica necessariamente a adoção de uma visão realista da moral, isto é, os valores devem possuir uma objetividade que independe das aspirações subjetivas de cada ser humano, pois para Taylor tais valores (que se apresentam de forma objetiva) funcionam enquanto padrões qualitativos de avaliação das condutas humanas:

O que elas têm em comum com questões morais, e o que merece o termo vago “espiritual”, é o fato de todas envolverem o que denominei alhures “avaliação forte”, isto é, envolverem discriminações acerca do certo ou errado, melhor ou pior, mais elevado ou menos elevado, que são validadas por nossos desejos, inclinações ou escolhas, mas existem independentes destes e oferecem padrões pelos quais podem ser julgados. (TAYLOR, 1997, p. 16)

Taylor (1997), desenvolve nesta etapa a sua teoria das avaliações fortes para tornar claro que partes dos nossos desejos estão diretamente entrelaçados com um determinado padrão moral que funciona enquanto um “sistema” que avalia nossos desejos e ações deles provenientes. Este chamado “sistema” nos permite distinguir uma hierarquia de bens, que não possuem a sua existência no indivíduo, mas são objetivos, isto é, residem em todas as culturas e nas mais diversas comunidades.

o fato de que esses fins ou bens têm existência independente de nossos desejos, inclinações ou escolhas, de que representam padrões com base nos quais são julgados esses desejos e escolhas. Há obviamente duas facetas interligadas do mesmo sentido de valor superior. Os bens que merecem nossa reverência também têm de funcionar em algum sentido como padrões para nós (TAYLOR, 1997, p.35)

As chamadas avaliações fortes devem ser encaradas como insubstituíveis no que concerne a nossa forma de expressar o nosso self, isto é, são diretamente responsáveis pela forma como entendemos os outros e como os outros nos compreendem. Mas de que forma somos tocados pelas configurações morais pelas quais direcionamos as nossas existências e que utilizamos como elementos centrais para a construção da nossa dimensão ontológica? Só somos capazes do ato de compreensão através da dimensão linguística humana. O homem é um ser que se expressa quase que exclusivamente pelo uso de linguagens. É através delas que os seres humanos se relacionam uns com os outros e um pelos outros. Mas a linguagem em si, só se adquire através da sociabilidade:

Tornamo-nos agentes humanos plenos, capazes de nos compreender a nós mesmos e, por conseguinte, de definir nossa identidade, mediante a aquisição de ricas linguagens humanas de expressão. Para meus propósitos aqui, desejo tomar a linguagem no sentido amplo, cobrindo não só as palavras que falamos mas também outros modos de expressão por meio dos quais nos definimos, incluindo as “linguagens” da arte, do gesto, do amor etc. Mas aprendemos esses modos de expressão por meio de intercâmbios com outras pessoas. As pessoas não adquirem as linguagens de que precisam para se autodefinirem por si mesmas. Em vez disso, somos apresentados a essas linguagens por meio da interação com outras pessoas que têm importância para nós – aquilo que G. H. Mead denominava os “outros significativos”. A gênese do espírito humano é, nesse sentido, não monológica, não algo que cada pessoa realiza por si mesma, mas dialógica. (TAYLOR, 2004, p. 246).

A partir de sua argumentação de que o homem é um ser essencialmente linguístico, Taylor (1997), infere que a noção atual da individualidade, que esconde o conceito moral de autenticidade, só poderá ser realizada quando houver uma “ponte” com o estabelecimento e plena realização da dimensão do reconhecimento no plano político e social, pois para Taylor (1997), o sujeito só consegue estabelecer a sua identidade através do diálogo com os mais diversos setores da sociedade, com aquilo que estes setores esperam dele, e em muitas das vezes, até em luta com essas expectativas dos setores sobre ele. Apenas desta forma o sujeito ganhará a verdadeira autonomia (Ideal moderno exaltado), frente a toda a sociedade. Para

Taylor a descoberta da minha identidade não ocorre no íntimo, mas sim na negociação dialética, entre o eu e o outro.

Para Taylor (1997), o reconhecimento do *reconhecimento* é universalmente identificado e começa a ter espaço nos debates atuais sobre multiculturalismo, a luta feminista, etc. Considerando a relação imediata entre identidade (necessita de um ideal moral de autenticidade) também de reconhecimento, seguimos com a análise de uma política do reconhecimento em Taylor.

Em tal negociação dialética, podemos observar novamente as bases hegelianas do autor, na noção da plena inteligibilidade do ser. Em Hegel tal fenômeno conjuntamente com a logicidade elementar caracteriza-se como o movimento lógico do manifestar-se. O ser se revela por meio nessa e por essa manifestação expondo e apontando o esquema metodológico do sistema como um trajeto que é articulado dialeticamente estruturado nas inúmeras etapas e formas da manifestação do ser. A totalidade sistemática do ser, cada período e aspecto de sua manifestação corroboram a estrutura fundamental da dialética da manifestação. Onde, o ser primeiro vem se manifestar em sua diferença consigo mesmo e desloca-se através do movimento dialético que estabelece em sua inteligibilidade, a fim de cessar esta diferença e manifestar-se em sua verdade. Cada etapa da manifestação do ser pode ser comparada a um círculo dialético onde o fim retorna ao princípio a fim de assumi-lo como verdade plena da sua manifestação. O sistema é apresentado como um círculo dos círculos que abarca na íntegra as formas fundamentais onde o ser se manifesta.

Uma política do reconhecimento

Taylor (1997), infere que a noção contemporânea de reconhecimento põe em evidência a estrutura dialética dos processos de formação da identidade do ser humano. Esta estrutura tem sido deixada de lado pela filosofia contemporânea, dada a sua posição monológica no que tange a construção da identidade dos sujeitos. Esta filosofia, de bases elitistas da sociedade, tem desenvolvido uma política do universalismo dos direitos, isto é, da igualdade, na qual a igual dignidade de todos os sujeitos se tem resolvido na tentativa de igualação de direitos e privilégios por meio da repressão estatal (com o uso da lei). O fato é que em conjunto com esse tipo de política, também acabou por se desenvolver no mundo moderno uma chamada política da diferença, que em boa parte das vezes entra em conflito com a chamada política da igualdade universal. A política da diferença sustenta que não é possível um ideal de igualdade universal

dado as diferenças sociais criadas ao longo da história, o que automaticamente implica que os grupos que sempre foram excluídos lutam em desvantagem perante os grupos dominantes.

Se o controle racional é uma questão de a mente dominar um mundo desencantado de matéria, então o senso de superioridade do bem viver, e a inspiração para chegar a ele, devem vir da percepção que o agente tem de sua própria dignidade como ser racional. Acredito que esse tema moderno da dignidade da pessoa humana, que ocupa um lugar tão considerável na ética e no pensamento político modernos, surge da internalização que estive descrevendo (TAYLOR, 2004, p.200).

Para Taylor (1997), as duas formas políticas acima retratadas se forem sustentadas de forma ferrenha, não irão resolver os dilemas sociais contemporâneos. Tais políticas são incapazes de articular os elementos valorativos que subsistem em cada uma delas. Entre estes elementos, por exemplo, está o ideal de individualidade e do respeito igual do sujeito, bem de como setores sociais:

A intuição fundamental de que os seres humanos merecem esse respeito concentra-se naquilo que é o mesmo em todos. Para a outra, temos de reconhecer e mesmo promover a particularidade. A reprovação que a primeira faz à segunda é simplesmente que ela viola o princípio de não-discriminação. A reprovação que a segunda faz à primeira é a de que ela nega a identidade ao impor às pessoas uma forma homogênea que é infiel a elas (TAYLOR, 2004, p. 254)

Através destas duas políticas inarticuladas, Taylor (2004), tenta encontrar na noção de uma política do reconhecimento a saída para uma reestruturação da esfera pública que forneçam as condições necessárias para atender os requerimentos que dizem respeito ao ideal de igualdade das democracias contemporâneas e ao reconhecimento das idiossincrasias das diversas culturas. Segundo Taylor (1997), a chamada política do reconhecimento evitaria a armadilha de cairmos um universalismo da dignidade estabelecido apenas no direito, que esconde, na maioria das vezes, as diferenças e explorações que permearam e permeiam os “subsolos” de determinadas classes sociais, o autor procura articular o conceito de dignidade a partir do conceito de valor que sugere um potencial humano universal, uma “energia” que se faz presente em todos os seres humanos. E é justamente esta “energia” que assegura que cada pessoa merece respeito.

Taylor, de certa forma, aproxima-se muito do pensamento liberal moderno, pois atribui aos seres humanos uma “energia” autônoma individualizada que lhes permite a busca de seus fins particulares na sociedade. Porém, segundo Taylor, isto só pode ser conseguido dentro de

malhas sociais amplas nas quais os sujeitos possam formatar suas identidades. Sendo assim, para Taylor, o mal-estar da civilização moderna, não ocorre por que os sujeitos se orientam a partir da noção de autenticidade do indivíduo orientada pela busca de autorrealização; mas sim, pela forma errônea com que tentamos atingir tais fins. Ao centrar-se de forma arrasadora sobre si mesmo, o sujeito estabelece um egocentrismo que nega todo e qualquer valor superior a si mesmo. Desta forma, este individualismo destruidor arruína os valores que conectariam o sujeito com a sua comunidade.

Para Taylor (1997), na ideia de igualdade dos indivíduos se sustentam duas formas diferentes de entender a natureza política: Uma que colocaria em foco na neutralidade da esfera política com respeito às mais variadas formas expressões culturais particulares (liberalismo) e outra que entende que essa esfera pode ser muito sensível a fomentar o desenvolvimento desses modos de ser, principalmente quando alguns deles encontram-se em risco. É desta forma que Taylor nos propõe que trabalhe com um conceito de igualdade interessada na particularidade.

Considerações finais

Podemos concluir que para Taylor, surgem três problemas com as sociedades modernas. O primeiro deles diz respeito ao surgimento da noção de individualismo, o qual pode ser caracterizado como a dissolução dos paradigmas valorativos cuja rearticulação é objetivo das análises de Taylor sobre a identidade moderna. Junto à dissolução de nossos paradigmas morais surge uma transformação de nossa racionalidade aos cálculos de custo e benefício, que nada mais é do que indícios do estabelecimento da chamada razão instrumental no núcleo da vida em sociedade.

As instituições e as estruturas da sociedade industrial-tecnológica limitam pesadamente as nossas escolhas, que constroem tanto as sociedades quanto os indivíduos a atribuírem à razão instrumental uma relevância que em uma séria deliberação moral não pensaríamos nunca de assinalar, e que pode completamente revelar-se altamente destrutiva (TAYLOR, 1992, p.8).

A partir desta instrumentalização da racionalidade ocorre a destruição das dimensões de sentido que orientavam as nossas tomadas de decisões frente à sociedade. O terceiro problema é a constante ameaça de um novo governo totalitário que pode causar a perda de nossa liberdade.

Para Taylor, o paradigma historicocêntrico é uma virada expressivista, que altera

profundamente a relação do ser humano com a natureza. Visto isso, o expressivismo historiográfico abandona a sua estaticidade como algo imutável, passando a algo dinâmico criador manifestando-se na abundância de formas, ou, como um infinito continuum da autoexpressão. Sendo assim, a autoexpressão, é o movimento que constitui a manifestação do ser. Onde a história é o local privilegiado onde o ser se manifesta, visto aí, mais uma forte influência de Hegel como pode ser sustentado pela citação abaixo:

Das Wirkliche ist darum Manifestation, es wird durch seine Aeusserlichkeit nicht in die Sphäre der Veränderung gezogen, noch ist es Scheinen seiner in einem andern, sondern es manifestiert sich; das heisst, es ist in seiner Aeusserlichkeit es selbst, und ist nur in ihr, nemlich nur als sich von sich unterscheidende und bestimmende Bewegung, es selbst. (Hegel, 2009, p. 381, §277)³

Taylor, através de sua análise hermético-histórica das fontes da moralidade moderna, tenta criar uma “ética da autenticidade”, enquanto um esforço de resgate das fontes substantivas da vida moral que se encontra escondida na ideia de moderna de indivíduo, de autonomia e de autorrealização. Esta ética necessita de uma complementação de uma política do reconhecimento que possua enquanto ideal mostrar que o a autenticidade almejada pela sociedade moderna só pode ser alcançada através de um movimento dialético entre sujeitos e sociedade, que legitime as diferenças ao mesmo tempo em que permita a igualdade de todos para constituírem suas ontologias de forma livre. Desta forma Taylor pretende equilibrar o individualismo com o reconhecimento dos horizontes de valores que não são redutíveis ao self, mas que sugerem um constante diálogo com os demais membros da sociedade.

Referências

ARAUJO, Paulo Roberto M. de. **Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (1807). **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª ed., 2003

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (1812) **Ciencia de la Logica**. Tradução de Augusta e Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Solar S.A, 2ª ed., 1968.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Gesammelte Werke*. Hamburg: Felix Meiner, 1968-2009.

³ O real é, portanto, uma manifestação, não é arrastado para a esfera da mudança por sua exterioridade, nem é o aparecimento de si mesmo em outra, mas se manifesta; ou seja, em sua exterioridade ele é ele mesmo, e só está nele, ou seja, apenas como um movimento que se difere e se determina, ele mesmo (Tradução dos autores). § 277

21 v. ISBN 3787302670(v.1)

INWOOD, M. (1992). **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self – A construção da identidade moderna**. (Trad. Adail U. Sobral e Dinah de Azevedo de Abreu). São Paulo: Edições Loyola, 1997.

TAYLOR, Charles. **The Ethic of Authenticity, Harvard University Press, Cambridge, 1992**.

TAYLOR, Charles. **Modern Social Imaginaries**, Duke University Press, London, 2004.